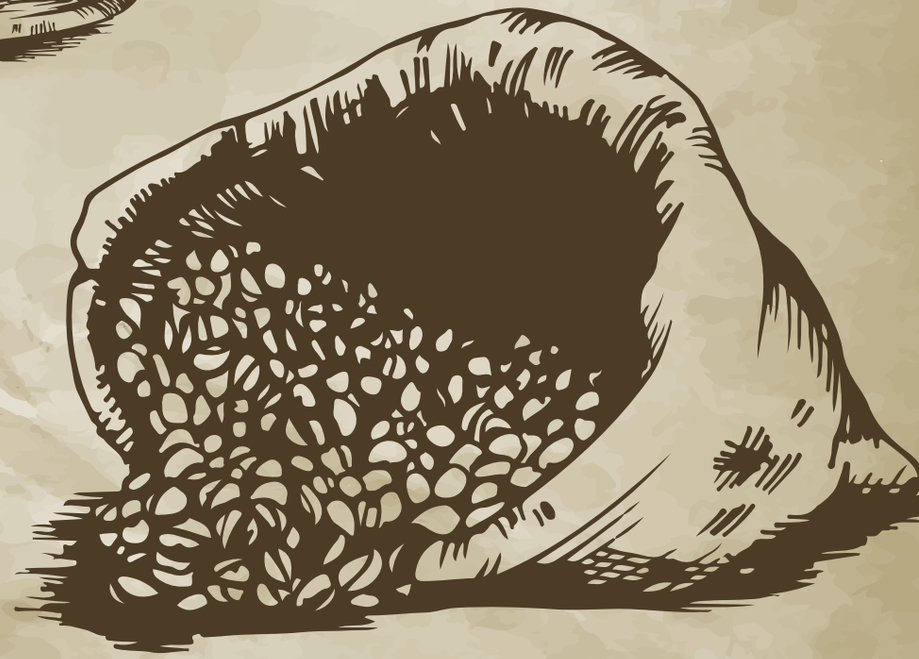




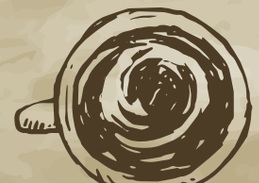
Café com Lutas

Meio Ambiente





psol
na
câmara





Café com Lutas

O PSOL na Câmara vem organizando encontros com movimentos sociais e ativistas de várias áreas para aproximar ainda mais os mandatos das demandas populares. Trata-se do Café Com Lutas. O objetivo é estabelecer uma troca de ideias e buscar concretizar no Parlamento as propostas trazidas pelos movimentos.
No dia 7 de maio, a pauta foi **a questão ambiental e os impactos de um governo ecocida.** A pauta antiambiental de Jair Bolsonaro teve início durante a campanha eleitoral de 2018 e foi, em muito, concretizada nesses anos de governo: desmonte da estrutura pública ambiental, censura e perseguições a servidores públicos, extensão de autorizações do uso de agrotóxicos, redução drástica da fiscalização, desativação das políticas climáticas, crescimento dos crimes ambientais, surgimento de uma crise ambiental internacional que castiga a imagem do Brasil no mundo, crescimento da violência no campo e em territórios tradicionais, perseguição e acusações infundadas contra organizações não-governamentais.



Retrocessos

A nomeação de Ricardo Salles para o comando do Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi o início da ruptura e desmonte das políticas de preservação do meio ambiente e a brecha para setores econômicos se beneficiarem pela agenda do desmatamento. Por meio de medidas provisórias, decretos e outros instrumentos, nos primeiros 100 dias de governo, o Poder Executivo realizou no MMA uma devassa em diferentes setores.

A atuação de Salles é alinhada às bancadas e interesses do agronegócio e mineração e de eliminação da participação da sociedade civil na tomada de decisões sobre as políticas socioambientais. Exonerações de servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e a descaracterização de importantes conselhos e comitês, como o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, resultaram em cenários propícios para acabar com normativas fundamentais para a proteção ambiental no país.

Um episódio que configurou a forma nefasta de operar o retrocesso socioambiental do governo ocorreu durante uma reunião interministerial em abril de 2020. Na ocasião, Salles propôs usar a pandemia como oportunidade para encobrir o projeto de destruição e avançar com medidas estratégicas. O ministro citou a maior crise de saúde já enfrentada pela sociedade brasileira, o início da pandemia da Covid-19, como o momento ideal para “passar a

boiada” e aprovar a desregulamentação ambiental prevista por Bolsonaro e seus aliados.



Ataques aos Povos Tradicionais

= As tentativas de destruição da pauta indígena e quilombola tomam a atenção do governo federal. A aversão é grande. O governo consolidou uma política ideológica, negacionista e neoliberal que bateu recordes de tragédias para a gestão ambiental, biomas e povos e comunidades tradicionais.
O crescimento da violência no campo e em territórios tradicionais é resultado dos inúmeros pronunciamentos do presidente Jair Bolsonaro, de Salles e seus aliados explicitamente voltados a

incentivar ações criminosas contra áreas naturais, povos originários e tradicionais. As comunidades indígenas e quilombolas no Brasil foram diretamente afetadas pela não demarcação de seus territórios e o avanço do agronegócio, da mineração de madeireiras, dentre outros. Além disso, houve a troca de comando da Fundação Nacional do Índio por um aliado ruralista.

A política de destruição patrocinada pelo Poder Executivo motivou denúncia contra membros do governo federal ao Tribunal Penal Internacional (TPI) por crimes contra o meio ambiente, com objetivo também de pleitear o reconhecimento do ecocídio — destruição do meio ambiente em nível que compromete a vida humana — como um crime passível de análise pelo TPI.



Ecossocialista

Fortalecer a luta socioambiental é fundamental para frear propostas arbitrárias e prioritárias para Bolsonaro e seus aliados. A agenda ambiental tem que ser estratégica e propositiva para o país, colocando o meio ambiente como um direito coletivo. O objetivo deve ser a efetivação de outro modelo de crescimento, que não seja capitalista, não seja produtivista e nem de consumismo ilimitado. Entre tantas possibilidades, podemos destacar a defesa por uma produção agrícola com base agroecológica; fim da dependência de agrotóxicos; ampla reforma agrária popular para a produção de alimentos; fim da dependência de combustíveis fósseis; matrizes energéticas limpas com o menor impacto possível; alternativas à mineração predatória; desmatamento zero; recuperação de áreas degradadas; reconhecimento e titulação de todos os territórios de povos e comunidades tradicionais, agenda ambiental urbana inclusiva, etc.

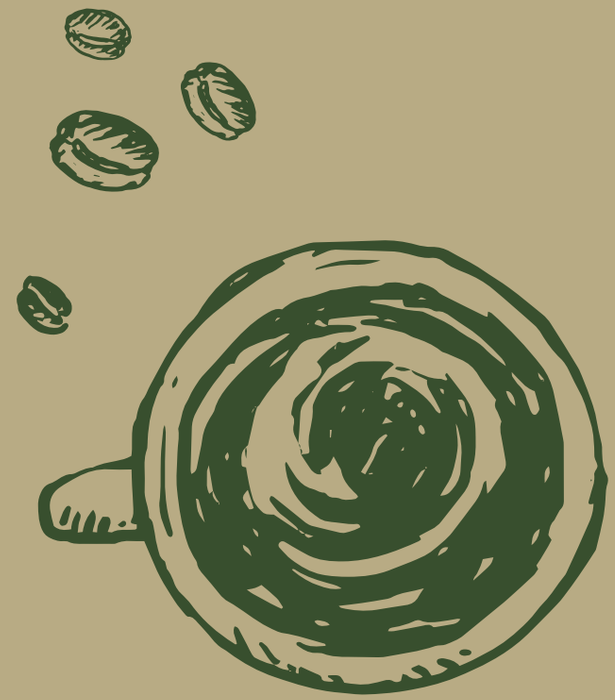


Encaminhamentos

- Construção e retomada de pauta socioambiental;
- Destaque para a ADPF 760/2020, para retomada do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, apresentada pelo PSOL, PSB, REDE, PDT, PT, PCdoB e Verde em articulação com outras dez entidades;
- Arquivamento dos Projetos de Lei nº 191/2020, que flexibiliza exploração de minérios em terras indígenas, nº 510/2021, que abre brechas pra grilagem ;
- Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Salles, para investigar a atuação de desmonte do ministro;
- Rejeição ao PL 3729/2004, que flexibiliza o licenciamento ambiental;
- Impedir a tramitação de propostas que compõem o pacote de retrocessos no Senado e Câmara;
- Luta contra a perseguição às lideranças de povos e comunidades tradicionais, incluindo o PDL 177/2021, que pretende autorizar o Presidente da República a denunciar a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT)



- Luta contra os riscos da estrangeirização das terras, que coloca a Amazônia à venda;
- Combate a propostas que atacam o Código Florestal;
- Impedir a expansão dos garimpos e de disputas pela terra, água e território;
- Fortalecimento de mecanismos, como o PrevFogo;
- Sugestão de atividades no Parlamento na semana do 5 de junho, Dia Nacional do Meio Ambiente;
- Sugestão de elaboração de um dossiê do ecocídio.





participe

A construção de políticas sociais que visem uma sociedade justa, igualitária e de inclusão se dá com participação popular.
Fortaleça essa iniciativa acompanhando a bancada do PSOL na Câmara Federal!

Entre em contato com a Liderança do PSOL na Câmara:

E-mail: lidpsol@camara.leg.br
Instagram: @psolnamacara
Facebook: fb.com/psolnacamara
Twitter: @psolnacamara